

MENINO SAI DAÍ, DEIXA AS MENINAS BRINCAREM! Uma Reflexão de Corpos Dóceis e Gênero

Autor: Laila Aline Kreuzer

Universidade Regional de Blumenau – FURB, Santa Catarina, Brasil.
lailaline@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda as reflexões de vivências e experiências que surgiram no decorrer do curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau – FURB, na disciplina de Estágio V em Educação Infantil. Com objetivo analisar e compreender o processo de evolução histórica dos corpos e as consequências das questões de gênero. Para isso realizou-se um relato de experiências, partindo de observações, estudos e discussões a respeito da criança, infância, instituições, corpos e gêneros, vinculados às práticas pedagógicas, que se evidenciam através de ações e falas nas instituições de educação. Resultantes de uma construção social pautada no favorecimento de um gênero e das reproduções em nossos dias, moldando e disciplinando os primeiros anos de vida das crianças.

Palavras-chave: Criança, Infância, Instituições, Gênero.

1. O QUE É SER MENINO E MENINA?

Hoje, quando pensamos em criança, logo pensamos em como as proteger desse mundo hostil. Usufruímos do poder de “achar” que possuímos a sabedoria de distinguir o que é certo ou errado para as crianças, do que elas precisam saber ou deixar de saber, enquadramos elas dentro de classificações ditas corretas e normais: “isso é ser menino e isso é ser menina”. No entanto, esquecemo-nos que hoje elas são sujeitos e autores de suas próprias histórias.

O que me causou grande inquietação nos estágios realizados no Curso de Pedagogia foram os disciplinamentos dos corpos já na primeira infância e as questões de gênero que se mostraram significativamente impostas. Por serem ambientes institucionais de educação infantil e series iniciais, ancorei nas preocupações, inquietações e reflexões que surgiram no decorrer das observações do estágio e as relacionei também com minhas vivências.

Visando ampliar o conhecimento sobre corpos dóceis e gênero, para que assim possamos nos tornar profissionais aptos a atuar na educação infantil e nos anos iniciais, o presente artigo tem como objetivo analisar e compreender o processo de evolução histórica dos corpos e as consequências das questões de gênero, que em pleno século XIX, ainda possuem o velho tratamento e diálogo do “isso é para menina e aquilo é para menino”.

Baseio-me em uma revisão bibliográfica e empírica, da qual, permitiu-me grandes discussões, reflexões e questionamentos com diferentes autores sobre as concepções existentes sobre infâncias, crianças, instituições escolares, aceleração precoce dos corpos, corpos dóceis em seus primeiros anos

de vida e as questões sobre gênero, que trás consigo todo um contexto de desigualdades e marcas de um sistema que favorece apenas um gênero, o masculino.

2. QUANDO PASSOU A SER MENINO E MENINA?

Por muito tempo na história a criança não teve visibilidade, passou séculos no anonimato, não se sabia dizer o que era ser criança e tão pouco o que era ter infância. Por não saber, não se tinha o direito de ser criança na sociedade, a criança nascia e nos seus primeiros anos de vida era considerada “engraçada”, como uma mini pessoa que balbucia e faz coisas das quais os adultos achavam que tinha graça, uma diversão e distração para eles.

Quando a criança conseguia falar e tinha compreensão dos significados, transitavam no mundo adulto como um adulto, tratamento de um adulto, sem nenhuma diferenciação ou estranhamento. Trabalhavam, ajudavam seus pais, comiam, dormiam, brincavam e participavam de jogos entre os adultos, assim como outros costumes da época. O que para nós pode ser apavorante, para eles na época, era algo natural e uma questão de condicionamento da própria sobrevivência no dia a dia, pois, tratados como mini adultos se comportavam assim, em suas atitudes, falas e vestimentas.

A criança passou a ter visibilidade quando os tempos cronológicos e os registros de nascimento na Idade Média se tornaram mais frequentes, era importante saber de qual família você pertencia, quantos anos de vida, a data de nascimento, como uma forma e um começo de entender a biologia humana. O autor, AIRÈS afirma que:

As “idades da vida” ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregaram uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade – cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida. (ARIÈS, 1981, p. 33).

Só então, começou a ser analisado cada período da vida do homem, na qual a infância começou a ter um espaço na sociedade e um significado, criança. A infância foi considerada como a primeira idade, que ocorre do nascimento e dura até os sete anos, quando a criança passa a ter todos os dentes na boca, para Ariès “[...] essa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante” (1981, p. 36), eles acreditavam que pela falta dos dentes a criança não conseguia falar corretamente.

No século XVII, ocorreu uma evolução em relação à infância, “[...] a ideia de infância estava ligada à ideia de dependência” (ARIÈS, 1981, p. 42). Novos hábitos surgiram nos costumes da burguesia, no qual a palavra infância se estendeu por analisarem que as crianças possuíam uma

dependência muito grande ao longo de apenas sete anos de vida. Observou-se que só poderia sair da infância, quando a criança não fosse mais tão dependente dos pais para realizar tarefas e conseguir viver em sociedade.

Devido aos costumes de cada povo e as variações dos idiomas, foi-se adotando maneiras diferentes de chamar as crianças, no Italiano: *bambin*; Inglês: *baby*; O Francês *bambin*, *bébé* e assim foi se desenvolvendo o vocabulário da primeira infância. A evidência da infância para Ariès, “[...] começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI.” (1981, p. 65). A criança era vista como um ser pequeno, uma pessoa pequena, assim assimilavam a imagem do menino Jesus, tornando frequente o uso dos diminutivos para se referir à criança.

No século XVI e XVII, a criança não tinha pudor e não lhe era ensinado ter pudor sobre o seu próprio corpo e nem de outros corpos. Ao longo do tempo pesquisadores começaram a estudar o comportamento sexual das crianças e se deparam com o perigo de não estarem preservando a infância da criança, pois, quando se referia à criança se projetava a imagem do “menino Jesus, o filho de Deus”, algo extremamente santo e simbólico, que está presente nos dias atuais.

Com a criança não estando preservada de pudores sexuais com adultos, não se estava preservando a imagem da santidade. Assim, começaram a olhar as crianças com pudor e passaram a respeitar seus corpos, ensinando regras, cuidando com seu corpo, hábitos e uma privacidade que até então não existia.

A concepção moral da infância com olhar, com necessidade de cuidar e amar, ao mesmo tempo se deparou com a indiferença que ia contra essa concepção, pois a criança era vista como um brinquedo do adulto, para agradá-lo e satisfazê-lo em suas vontades e diverti-los. Um novo sentimento de infância toma conta da sociedade, “[...] ao longo da história as crianças sempre existiram, como seres biológicos de geração jovem, mas nem sempre houve a infância como categoria social de estatuto próprio” (SARMENTO, 2004). Percebe-se que o núcleo familiar em que a criança está inserida, começa a pensar quais medidas, relações e ações serão tomadas, para que esse cuidado com a preservação da infância e da criança pequena fosse alcançado.

As concepções de criança e infâncias não são discussões de agora e nem sempre existiram, há muito tempo a criança tem se resignado para poder ter um espaço e tempo, onde suas necessidades se construíram conforme o passar dos anos. As mutações de ser criança e as infâncias modernas, começaram a ser visíveis conforme os laços e modos das sociedades foram se alterando, como descreve Bujes,

[...] situando-a como um acontecimento caracteristicamente moderno, produto de uma série de condições que se conjugam e que estabelecem novas possibilidades de compreensão de um fenômeno que antes de uma realidade biológica, como se quis fazer crer, é um fato cultural por excelência. Lançar um olhar sobre as crianças, circunscrever o âmbito das experiências que lhes são próprias em cada idade, descrever os cuidados de que elas devem ser objeto, estabelecer critérios para julgar de seu desenvolvimento sadio, de sua normalidade, das operações necessárias para garantir sua transformação em cidadãos úteis e ajustados à ordem social e econômica vigente tornam-se preocupações sociais relevantes apenas muito recentemente (2000, p. 26).

No decorrer do século XVIII inventou-se um lugar para infância, um espaço físico, necessitava-se de um lugar, não poderíamos deixar essas crianças em situação de risco, pois, agora se tinha um sentimento, um começo, uma visibilidade para elas na sociedade. Talvez pelo motivo de que as famílias passaram a ter importância econômica para o governo, como aborda Ariès que “[...] família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos” (1981, p. 277), criou-se um espaço, espaço esse que ao longo de seu processo histórico passou de assistencialismo para centros educacionais.

A infância foi delimitada por períodos em que a criança passava os anos na escola, sendo escolarizadas e disciplinadas. As sociedades decidiram que essa seria a melhor opção para manter as crianças seguras e ocupadas, já que não se podia ter trabalho infantil e nem as manter em rotinas como a dos adultos, pois, as famílias estavam cada vez mais atentas para esse cuidado da criança e da infância.

Essa sociedade modernidade também é compreendida na obra de Michel Foucault que percorre o final do século XVIII, XIX e XX, em que faz um conjunto de discursos de métodos institucionais sobre a educação dos corpos. Para o autor, o corpo foi o objeto central para que o poder da sociedade moderna sobre os corpos, com os disciplinamentos, chegasse até nos dias atuais, ele nos permite entender e nos revela os vários métodos disciplinares que estão fixados no íntimo das instituições e que focam no corpo como seu objeto de ação. A autora Gicele Maria Cervi, também nos ajuda a compreender essa relação de corpos, disciplina, instituição e poder da ordem social de cada momento:

A criação da escola moderna vem acompanhada de inúmeros acontecimentos [...]. Com a criança, a escola e os especialistas, foi possível a construção de um saber pedagógico. Com o saber pedagógico, o estatuto da infância, o espaço e os especialistas derrubaram outros modos de educação, e a escola passou a ser o local, por excelência, destinado à educação das crianças. A escola institucionalizou-se como o espaço da aprendizagem através da imposição da obrigatoriedade escolar monopolizada e decretada pelo Estado. (CERVI, 2010, p. 31).

A escola, assim como a criança e a infância nem sempre existiram, foi inventada, arquitetada e remanejada para atender uma exigência da época, que eram corpos compatíveis para indústria. Porém, a sociedade necessita de corpos compatíveis com as suas especificações de cada tempo e

espaço. Exatamente essa competência que a escola vem manuseando desde sua invenção, com técnicas e práticas que se inovam conforme a exigência do momento, da máquina.

Porém, todos esses percursos históricos, com a caminhada da criança, da infância e das instituições educacionais, foram exclusivos e favorecidos até o final da idade moderna para um gênero, o masculino:

Se a escolarização no século XVII ainda não era o monopólio de uma classe, era sem dúvida o monopólio de um sexo. As mulheres eram excluídas. Por conseguinte, entre elas, os hábitos de precocidade e de infância curta mantiveram-se inalterados da Idade Média até o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 189).

Apenas meninos podiam frequentar as escolas e ter o direito de saber ler e escrever, o mesmo era voltado para espaço destinados a infância. Às meninas ficavam em casa aprendendo os serviços domésticos para ser útil com os afazeres de casa, que serviriam de muita utilidade em seus futuros como esposas.

É um conjunto de construções históricas e sociais que estabelecem quais são as funções e características do ser mulher, agindo e pensando como se não existisse nada além daquilo que é imposto quando se nasce com o sexo feminino. Com a ascensão do patriarcado, o feminino torna-se o segundo sexo, ou seja, passa a ser construído tendo como referência as necessidades do sexo masculino. O livro *O Segundo Sexo* escrito por Simone de Beauvoir nos inquieta e nos causa reflexão em toda sua obra e principalmente com sua abordagem inicial,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1949, p. 09)

Quando a menina nasce, uma linha cronológica de sua vida é organizada, baseada em submissão, na espera do matrimônio, de ser mãe, ou seja, as mulheres são condicionadas à construção de um lar e uma família.

As mulheres não eram apenas excluídas da escolarização e sim de todo o contexto social da época, a mulher era vista apenas para a procriação da espécie e para os fins domésticos. As meninas ao nascerem não eram desejadas ou festejadas como o nascimento de um homem, as meninas eram vistas como um mau negócio para a família e em muitas sociedades esse tratamento é natural nos dias atuais. A mulher sendo objetivada desde o início,

É curioso notar também que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos: as meninas só foram distinguidas pelas mangas falsas abandonadas no século XVIII, como se a infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos. A indicação fornecida pelo traje confirma os outros testemunhos da história dos costumes: os meninos foram as primeiras crianças especializadas. Eles

começaram a frequentar em massa os colégios já no fim do século XVI e início do século XVII. O ensino das meninas começou apenas na época de Fénelon.[...] Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres... (ARIÈS, 1981, p. 78).

E quando as mulheres tiveram a chance de ingressar na escola recebiam um tratamento diferenciado, matérias diferentes dos meninos, porque elas até podiam saber ler e escrever, mas não podiam desaprender as necessidades domésticas. Essas desigualdades são apropriadas aos nossos corpos muito cedo, em nossos contextos sociais, econômicos e políticos, nossas limitações estão condicionadas desde o nascimento, como aborda Louro,

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos noções de geometria, para as meninas, bordado e costura. (2004, p. 444)

Além de sermos escolarizados desde o nascimento, disciplinados e moldados, o gênero feminino ainda sofre invisibilidade em muitas sociedades, devido a religiões, culturas e são nesses meios que se evidencia as relações de poder, das marcas de uma sociedade para “disciplinar os corpos”, que nos lapida e molda, para vivermos de acordo com as normas, dentro de um padrão.

Todo esse processo histórico vem esclarecendo como a criança passou a ser criança, quando passou a ter infância, o momento que começou a ser escolarizada e as consequências evidentes de uma subordinação e subserviência do gênero feminino. Agora trago essas mesmas concepções presentes em nossos corpos, concepções e experiências que na escola, seja a instituição de educação infantil ou fundamental, nos impõem modelos, segregações e comportamentos de identidade “ditas” ser do masculino e do feminino.

3. MENINO SAI DAÍ, DEIXA AS MENINAS BRINCAREM!

Quando passamos a diferenciar os tratamentos, designar papéis, implantar regras para meninas e meninos? Começo aqui a discussão dos dias de hoje, um relato de experiência do qual desencadeou inquietações e descobertas das apropriações dos corpos, das diferenciações de gênero que continuam sinalizando e demarcando os comportamentos na atualidade e o naturalizando.

Ao iniciar o semestre estava com uma grande expectativa, o esperado estágio na educação infantil em fim estava acontecendo, era a hora em que as concepções da educação infantil que vivenciei em meu local de trabalho, como profissional de uma rede privada iriam se romper, e outras coisas iriam se sobressair com esse início de experiências.

No dia 12 de abril de 2016, foi quando entrei na instituição municipal de educação infantil, espaço enorme na área de convivência, que se dividia com o refeitório e com cantos criativos para as

crianças como, o canto de jogos e blocos, canto dos brinquedos, da música, de artes e ainda sobrava espaço para circular livremente. As salas eram amplas, nas quais, também estavam presentes os cantos construídos, quase toda sala tinha pelo menos dois cantos. Um parque enorme agregava um minicampo de futebol, um bosque, uma horta e uma caixa de areia, que seguia quase a lateral inteira da instituição.

Começamos com a análise de toda sua estrutura, a estética, as movimentações e por fim os documentos internos, projeto político pedagógico. Estagiando no mesmo dia e período estavam mais duas colegas comigo.

Depois de toda análise, decidimos ir para uma sala e a escolhida foi a turma de 1 ano, crianças entre 1 e 2 anos, turma de período 1, como a instituição denomina. Entramos na sala e tinha dezessete olhares nos seguindo, dezessete crianças, que ali estavam, naquele espaço, naquela instituição de ensino para a infância.

Ao longo de toda observação me auto reforçava, que ali naquele espaço, que em cada criança e em cada situação havia um contexto e concepções, na qual foram construídas uma visão não julgadora, porém, uma visão que só consegui adquirir, compreender e mudar, estudando os teóricos que foram apresentados do decorrer do semestre nas aulas de teoria e prática em educação infantil e que estão presentes neste artigo.

Meu corpo estava acostumado com essa ideia, de escolarizar, de “educar”, domesticar, docilizar e preparar as crianças para a escola, mas a percepção só veio a emergir, só me dei conta, quando me vi assistindo de fora todo aquele espaço, as relações de convivência estabelecidos e as ações decorrentes, como brincadeiras, jogos, propostas pedagógicas, enfim, todo o contexto daquela unidade de educação infantil.

O estágio foi seguindo com observações e tentativas de projetos, pois, nos pegamos em várias situações com a ideia de que estávamos na escola, saímos dos anos iniciais para a educação infantil, mas os anos iniciais não saíram de nossos corpos. Estávamos nos esquecendo de dar significados para as experiências das crianças, aprendemos a escutar elas, as deixamos falarem, demos oportunidades de falas quando elas queriam, paramos de impor as coisas, paramos de usar como pretexto as artes, de querer propor uma moral ou regras nas brincadeiras e ações sobre elas, respeitamos os significados e a sensibilidade de perceber-se.

O estágio seguiu-se com erros e aprendizagens extremamente significantes que mudaram minha visão de olhar a educação infantil, com toda uma singularidade e sensibilidade, com sabores,

cores, sons, aromas, como trás o livro das autoras Maria Carmen Silveira Barbosa e Maria da Graça Souza Horn.

Por falar em cores, mais uma inquietação surgiu, uma inquietação que atravessou o meu corpo de uma forma desigual. Enquanto nos envolvíamos em nosso projeto de estágio, na qual a ideia inicial foi fazer uma ação envolvendo toda a instituição, e nesse movimento tivemos contato com as crianças, com os outros espaços, com as outras salas e com as professoras no geral.

Foi neste momento que me deparei com os seguintes cantos organizados na sala, com as cores e desenhos estereotipados, diferenciando o nome de meninos e meninas, como segue as fotos abaixo:

Imagem 01 e 02: Painel com nomes



Fonte: Imagens retiradas do acervo pessoal da pesquisadora

Os espaços temáticos nas salas como: canto da casinha, da oficina, da beleza, de carrinhos com imagens, cores, designado especificamente para um gênero ou para ambos, mas, de formas distintas, existe a todo tempo, reforçando a diferenciação do que é masculino e o que é feminino.

Essas distinções se evidenciam nas falas das próprias crianças, pois, estão condicionadas a gostarem e a reproduzirem o que lhes é imposto. Quando perguntamos que cores elas mais gostam, os meninos sempre respondem azul ou verde, no máximo um laranja e as meninas respondem rosa, roxo, lilás, vermelho.

As crianças vivem e convivem com esses universos distintos e com suas divisões entre os gêneros, naturalizando-as e idealizando-as sem ter a leitura de mundo necessária, pois são crianças, não possuem experiência de vida suficiente para compreender as situações de segregação, de designação de papéis e ainda inferioridade que o gênero feminino sofre ainda atualmente.

Pode ser que alguma menina já tenha se questionado o “por que de não pode andar sem camisa”, “que precisa de modos e aprender a comportar com uma moça”, porém seus questionamentos são saciados quando lhe dão como resposta “que menina é assim mesmo”, “que mulher se comporta de tal maneira, diferente do homem”, e é assim que vai se calando um corpo que foge dos estereótipos impostos por inúmeras sociedades.

Imagem 03: Painel de chamada com desenhos coloridos por cada criança



Fonte: Imagens retiradas do acervo pessoal da pesquisadora

Designamos brincadeiras e práticas para meninos e meninas, em muitos casos quando se trata de velocidade e habilidades motoras se direcionam automaticamente para meninos e quando se configura em cuidado e momentos de habilidades manuais se direciona para as meninas. Homem desde de cedo é estimulado a explorar as habilidades do seu corpo, a mulher é estimulada a cuidar de “outros” e ter zelo por uma boa aparência. O menino é sempre o espoleta, esperto, que ninguém controla, a menina é sempre calma, doce, disciplinamos desde cedo esses corpos para as desigualdades.

As desigualdades sempre ocorreram entre homens e mulheres, conforme analisamos na história e suas concepções, a única questão e inquietação é do porquê, depois de tantos anos, ainda ser reproduzida nas instituições escolares de forma clara e às vezes entre linhas esta violência com o gênero feminino. A autora Louro aborda que:

A Educação está implicada, seja também qual for à perspectiva que se assuma, num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica que há um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (e não se duvida que a educação tenha a ver com isso). (LOURO, 2002, p. 229)

Imagem 04: Canto do salão de beleza



Fonte: Imagens retiradas do acervo pessoal da pesquisadora

Está em jogo os sujeitos, os corpos e as diferenciações para padrões heteronormativos que vão lhes direcionar para uma vida inteira pautada em costumes e condicionamentos nas desigualdades e na naturalização delas. Como por exemplo, um fato que ocorreu durante as observações, no local da imagem abaixo, havia um menino brincando com os objetos do salão de beleza, pois se encontrava ali, o canto da beleza e junto dele estava mais duas meninas, brincavam juntos sem problema algum.

Mas quando a professora se deu conta de que tinha um menino brincando com as meninas no canto do salão de beleza, imediatamente ela interviu com a seguinte fala: - “Menino saí daí, deixa as meninas brincarem!”

Nesse exato momento se tornou evidente os padrões impostos naquele espaço, naquele contexto, naqueles corpos, ambos condicionados a uma cultura de que salão de beleza é para mulheres, cuidar da aparência é tarefa de mulheres e que um homem/menino não pode quebrar uma regra, mesmo que seja no jogo, na brincadeira, ele não pode participar desse universo “dito como feminino” e assim, vice e versa.

Aquele corpo já estava tão dócil e disciplinado que no mesmo instante ele obedeceu ao pedido da professora, deixando de lado o seu desejo de poder brincar no salão da beleza. Ou seja, “[...] no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender e justificar a desigualdade social.” (Louro, 1996, p. 34).

A padronização de suas potencias, habilidades e de sua singularidade como sujeito, lhe privam de talvez um dia ser um ótimo *personal style* ou até mesmo um homem que cuida de sua aparência e se um dia for pai, que cuida dos filhos. Esta criança e muitas outras, ainda tem os anseios e desejos rompidos por uma moral que enquadra e reprime, por preconceito instalado baseado no senso comum, aflorado nos corpos das pessoas que se encontram ali, e em muitos lugares e espaços da sociedade, naturalizando o que não é natural, ferindo a dignidade humana e o respeito entre as pessoas, e com isso proliferando as desigualdades entre homens e mulheres.

Como podemos romper com essa padronização, esse enquadramento que assombra as unidades de educação infantil? Como podemos alcançar as professoras, a comunidade, os pais e principalmente as crianças. Porque as crianças? Para que se tornem adultos sensíveis e humanos em relação ao outro, para que os meninos aprendam desde cedo que as meninas também são capazes de mostrar suas habilidades com o corpo, como velocidade e força. Que elas também, alcancem o seu lugar, não um espaço apenas de submissão e de brincadeiras com utensílios domésticos, e que sim, ela pode ser uma grande cientista ou atleta.

Podemos sim, emponderar e conquistar essa transformação, nós, como futuros professores e profissionais com experiência na área da educação, não podemos fugir da responsabilidade de gerar um ambiente mais singular, plural e significativo para as crianças e ainda, propiciar um espaço para que haja essa ruptura desses padrões impostos, dessa moral e dos preconceitos. É possível sim, que essa transformação aconteça, entre as relações meninos e meninas, professores, pais e a comunidade institucional como um todo, através de possibilidades de trocas, reflexões e diálogos. Criando espaços para os afetos, o respeito com as singularidades de cada sujeito, de cada criança, para que elas saibam conviver, lidar e aprender com as diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Alguns apontamentos sobre as relações infância poder numa perspectiva foucaultiana**. Poços de Caldas (MG), 2003.
- CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade de controle**. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero: questões para a Educação**. In: Bruschini, Cristina, Unberhaum, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, SP: FCC: Ed.34, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In. PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho, 2002.